

Singia S.A.

Demonstrações Financeiras
individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019
e Relatório do Auditor Independente

ÍNDICE

Mensagem da Administração	3
Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras	4

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial.....	10
Demonstração do Resultado do Exercício	12
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	13
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	14
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	15
Demonstração do Valor Adicionado	16
Notas Explicativas	17

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e demais interessados,

Em cumprimento às disposições legais, a Sinqia S.A., provedora de tecnologia para o setor financeiro, submete à apreciação de seus acionistas e demais interessados o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria do auditor independente, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos com interesses de seus clientes.

Procedimentos adotados pela Companhia, conforme inciso III, art. 2º Instrução CVM nº381/03: A Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, consultar os auditores independentes e o Conselho de Administração, no sentido de assegurar-se que a realização da prestação destes outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria, bem como obter aprovação de seu Conselho de Administração. Adicionalmente, são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização de serviços que não sejam de auditoria.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Sinqia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sinqia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Sinqia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Combinações de negócios

Por que é um PAA?

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 6 e nº 28.9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 2019, a Companhia adquiriu quatro empresas, a saber: Atena Tecnologia Ltda., ADSPrev - Administração e Desenvolvimento de Sistemas Ltda., Partec Ltda. e, sua subsidiária, NVA Ltda. (em conjunto denominadas "Softpar") e Stock & Info Ltda. pelas contraprestações transferidas nos montantes de R\$10.314 mil, R\$12.491 mil, R\$34.542 mil e R\$4.994 mil, respectivamente, tendo a Companhia contabilizado essas transações de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios. Consequentemente, as contraprestações transferidas foram alocadas, preliminarmente, para os ativos adquiridos e passivos assumidos, com base em seu respectivo valor justo, o que incluiu ativos intangíveis identificados, bem como resultou na identificação de ágio por rentabilidade futura, o que envolveu julgamentos significativos da Administração.

Essas combinações de negócios foram consideradas como um principal assunto em nossa auditoria, pois: (i) o valor envolvido é significativo; e (ii) envolveu julgamento significativo da Administração na determinação das premissas para estimativa do valor justo dos ativos intangíveis identificados e ágios por rentabilidade futura para efetuar os respectivos registros contábeis. Esse assunto requisitou um alto nível de julgamento do auditor independente e um aumento na extensão de nossos procedimentos para avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração, o que incluiu a necessidade de envolvimento de nossos especialistas em valor justo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação se a metodologia utilizada foi apropriada para estimar o valor justo dos ativos intangíveis adquiridos, de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de negócios; (ii) avaliação da razoabilidade da taxa de desconto utilizada na estimativa do valor justo dos ativos intangíveis adquiridos; (iii) avaliação da razoabilidade das premissas operacionais e contábeis utilizadas na estimativa do valor justo; e (iv) teste da acurácia matemática do modelo de cálculo utilizado para a estimativa do valor justo dos ativos intangíveis identificados.

Examinamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto, incluídas nas notas explicativas nº 6 e nº 28.9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação realizada pela Administração e as respectivas divulgações em notas explicativas são adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mensuração da receita de prestação de serviços de consultoria e customização de software

Por que é um PAA?

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 8, nº 19 e nº 28.19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a mensuração da receita e de seu correspondente contas a receber em 31 de dezembro de 2019, decorrente da prestação de serviços relacionados a contratos de consultoria e customização de softwares, incluiu a elaboração de estimativa de horas incorridas e a incorrer para a finalização dos respectivos projetos. Esses saldos têm sua recuperação com base em projeções e julgamentos significativos da Administração.

A realização desses ativos foi considerada como um principal assunto em nossa auditoria, pois: (i) o valor envolvido é significativo; e (ii) o nível de julgamento da Administração na determinação das premissas utilizadas no reconhecimento dessas receitas e de seu correspondente contas a receber também é significativo. Esse assunto envolveu um aumento na extensão de nossos procedimentos para a avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração e reconhecimento contábil da receita decorrente da prestação de serviços de consultoria e customização de software; (ii) testes de detalhe com base em amostragem que contemplaram a análise da documentação-suporte da prestação do serviço, a inspeção da evidência da prestação do serviço, a leitura dos contratos, o registro contábil dentro de seu período de competência, a liquidação financeira subsequente e o entendimento, com os responsáveis dos projetos selecionados, dos critérios utilizados na elaboração da estimativa de horas a incorrer, base para a elaboração do cálculo da estimativa e mensuração da receita do serviço prestado; e (iii) análise da movimentação, durante o exercício de 2019, das receitas decorrentes da prestação de serviços de consultoria e customização de software e suas respectivas referências com os saldos de contas a receber e adiantamentos de clientes.

Examinamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto, incluídas nas notas explicativas nº 8, nº 19 e nº 28.19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação realizada pela Administração e as respectivas divulgações em notas explicativas são adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, em 27 de fevereiro de 2019, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 4 de março de 2020



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Fernando Augusto Lopes Silva
Contador
CRC nº 1 SP 250631/O-7

SINQIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	352.703	5.039	364.985	26.037
Contas a receber (nota 8)	10.671	3.206	21.628	22.254
Despesas antecipadas	260	48	288	79
Impostos e contribuições a recuperar (nota 9)	2.308	1.037	4.357	2.552
Contas a receber com partes relacionadas	-	-	-	56
Outros créditos a receber	279	269	1.782	744
Total do ativo circulante	366.221	9.599	393.040	51.722
Não circulante				
Contas a receber com partes relacionadas (nota 10)	4.459	6.500	-	-
Títulos e valores mobiliários (nota 13)	4.244	-	4.692	-
Depósitos judiciais (nota 17)	270	58	309	297
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 23)	12.989	3.250	22.602	16.297
Outros créditos	159	-	159	159
Investimentos (nota 5)	115.928	78.081	-	-
Imobilizado (nota 11)	29.345	5.284	34.743	6.836
Intangível (nota 12)	24.084	23.949	164.447	92.119
Total do ativo não circulante	191.478	117.122	226.952	115.708
Total do ativo	557.699	126.721	619.992	167.430

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SINQIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
PASSIVO				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	15.503	3.718	15.503	3.958
Arrendamento mercantil (nota 25)	2.070	-	2.899	-
Fornecedores e prestadores de serviços	960	1.435	1.884	2.134
Adiantamentos de clientes	1.912	1.319	4.635	4.338
Obrigações trabalhistas (nota 14)	8.787	5.506	14.236	13.707
Lucros a distribuir (nota 18.2)	-	648	-	648
Obrigações tributárias (nota 15)	753	283	1.972	2.824
Contas a pagar com partes relacionadas (nota 10)	173	-	-	-
Obrigações por aquisição de investimento (nota 16)	7.182	5.670	10.404	6.026
Total do passivo circulante	37.340	18.579	51.533	33.635
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	45.230	10.651	45.230	10.651
Arrendamento mercantil (nota 25)	18.744	-	20.569	-
Contas a pagar com partes relacionadas (nota 10)	1.985	-	-	-
Obrigações tributárias (nota 15)	103	17	3.462	3.586
Provisões para demandas judiciais (nota 17)	15.532	377	37.798	21.845
Obrigações por aquisição de investimento (nota 16)	7.304	11.747	29.797	12.297
Total do passivo não circulante	88.898	22.792	136.856	48.379
Patrimônio líquido (nota 18)				
Capital social	413.261	50.561	413.261	50.561
Ações em tesouraria	-	(2.220)	-	(2.220)
Gasto com a emissão de ações	(23.789)	(1.952)	(23.789)	(1.952)
Reserva de capital	13.186	5.579	13.186	5.579
Reservas de lucros	28.803	33.382	28.803	33.382
Total do patrimônio líquido de controladores	431.461	85.350	431.461	85.350
Participação de não controladores	-	-	142	66
Total do patrimônio líquido	431.461	85.350	431.603	85.416
Total do passivo	557.699	126.721	619.992	167.430

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SINQIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE
2018
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 19)	89.103	35.808	175.153	142.109
Custo dos serviços prestados (nota 20)	(61.638)	(20.872)	(117.288)	(89.214)
LUCRO BRUTO	27.465	14.936	57.865	52.895
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais, administrativas e comerciais (nota 21)	(34.726)	(13.920)	(58.738)	(41.569)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 5)	2.435	7.678	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas (nota 21)	(1.384)	(3.247)	(1.384)	(3.247)
Total das despesas operacionais, líquidas	(33.675)	(9.489)	(60.122)	(44.816)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(6.210)	5.447	(2.257)	8.079
Resultado financeiro, líquido (nota 22)	(3.427)	(3.943)	(5.435)	(3.033)
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(9.637)	1.504	(7.692)	5.046
Imposto de renda e contribuição social corrente (nota 23)	-	-	(3.174)	(3.949)
Imposto de renda e contribuição social diferido (nota 23)	5.058	1.222	6.305	1.639
Lucro (prejuízo) depois do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(4.579)	2.726	(4.561)	2.736
Participação de não controladores	-	-	(18)	(10)
Lucro (prejuízo) do período	(4.579)	2.726	(4.579)	2.726
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO POR AÇÃO – em reais (nota 24)			(0,086)	0,058
LUCRO (PREJUÍZO) DILUÍDO POR AÇÃO – em reais (nota 24)			(0,085)	0,057

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SINQIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Lucro (prejuízo) do exercício	(4.579)	2.726	(4.579)	2.726
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado	-	-	-	-
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	(4.579)	2.726	(4.579)	2.726

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SINQIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Custos com emissões de ações	Reservas de Lucro		Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido Consolidado
					Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	50.561	464	(4.772)	(1.952)	2.151	29.153	75.605	-	75.605
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.726	2.726	(10)	2.716
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	76	76
Remuneração baseada em ações (nota 10)	-	(165)	-	-	-	-	(165)	-	(165)
Alienação de ações em tesouraria	-	5.280	2.552	-	-	-	7.832	-	7.832
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	134	(134)	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(648)	(648)	-	(648)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	50.561	5.579	(2.220)	(1.952)	2.285	31.097	85.350	66	85.416
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Custos com emissões de ações	Reservas de Lucro		Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido Consolidado
					Reserva Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	50.561	5.579	(2.220)	(1.952)	2.285	31.097	85.350	66	85.416
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(4.579)	(4.579)	18	(4.561)
Aumento de capital (nota 18)	362.700	-	-	-	-	-	362.700	58	362.758
Custos com a emissão de ações (nota 18)	-	-	-	(21.837)	-	-	(21.837)	-	(21.837)
Remuneração baseada em ações (nota 10)	-	731	-	-	-	-	731	-	731
Alienação de ações em tesouraria (nota 18)	-	6.876	2.220	-	-	-	9.096	-	9.096
Saldos em 31 de dezembro de 2019	413.261	13.186	-	(23.789)	2.285	26.518	431.461	142	431.603

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SINQIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.579)	2.726	(4.579)	2.726
Ajustes por:				
Resultado da equivalência patrimonial	(2.435)	(7.677)	-	-
Plano de remuneração em ações	731	(167)	731	(167)
Depreciação e amortização	9.860	4.469	15.374	7.199
Resultado na baixa/alienação de imobilizado	50	-	82	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa, líquido	1	65	8	336
Provisão (reversão de provisão) para demandas judiciais	(1.107)	288	(1.950)	205
Provisão para bônus e participação nos resultados	-	249	-	2.217
Juros e AVP incorridos	7.417	906	8.879	-
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(5.058)	(1.222)	(3.131)	(6.029)
Variação nas contas de ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	3.245	(27)	3.140	(3.763)
Depósitos judiciais	(212)	84	(12)	1.854
Impostos e contribuições a recuperar	(1.271)	27	(3.713)	258
Outros créditos a receber	(381)	(12)	(1.865)	(386)
Fornecedores e prestadores de serviços	(475)	1.209	(1.348)	1.533
Obrigações trabalhistas	3.281	(970)	(2.514)	(4.804)
Obrigações tributárias	556	-	(762)	4.493
Demandas judiciais pagas	(597)	(512)	(640)	(1.375)
Contingências por aquisição de empresas	-	-	-	4.196
Adiantamentos de clientes	593	744	297	2.100
Recebimentos (pagamento) de partes relacionadas	4.199	(5.616)	132	10
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.174)	-
Juros pagos	(4.303)	-	(4.424)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) OPERAÇÕES	9.515	(5.436)	531	10.603
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado e intangível	(9.079)	(6.141)	(9.212)	(13.306)
Aquisição de empresas, líquido do caixa adquirido	-	-	(35.688)	-
Pagamento de obrigações por aquisição de investimento	(2.962)	(1.339)	(3.837)	240
Aporte de capital em controladas	(39.715)	-	-	-
Redução de capital em controladas	-	(500)	-	-
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(4.244)	-	(4.692)	-
Recebimento de dividendos	-	8.238	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS (GERADO PELAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(56.000)	258	(53.429)	(13.066)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Pagamento de empréstimos	(3.610)	(7.405)	(5.381)	(7.488)
Pagamento de arrendamentos	(1.552)	-	(2.084)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	50.000	-	50.000	241
Alienação de ações em tesouraria	9.096	7.832	9.096	7.832
Dividendos pagos	(648)	(2.086)	(648)	(2.086)
Aumento de capital	340.863	-	340.863	-

CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

394.149	(1.659)	391.846	(1.501)
----------------	----------------	----------------	----------------

AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

347.664	(6.837)	338.948	(3.964)
----------------	----------------	----------------	----------------

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.039	11.876	26.037	30.001
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	352.703	5.039	364.985	26.037

AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

347.664	(6.837)	338.948	(3.964)
----------------	----------------	----------------	----------------

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 26.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SINQIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
1 – RECEITAS	100.088	40.180	196.736	159.050
1.1 - Vendas de produtos e serviços	100.089	40.245	196.744	159.386
1.2 - Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa - Reversão (Constituição)	(1)	(65)	(8)	(336)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(16.785)	(9.694)	(27.421)	(19.585)
2.1 - Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(7.839)	(3.757)	(14.263)	(8.944)
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.946)	(5.937)	(13.158)	(10.641)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	83.303	30.486	169.315	139.465
4 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(9.860)	(4.469)	(15.374)	(7.199)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	73.443	26.017	153.941	132.266
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	8.014	8.403	6.059	1.973
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	2.435	7.678	-	-
6.2 - Receitas financeiras	5.579	725	6.059	1.973
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	81.457	34.420	160.000	134.239
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	81.457	34.420	160.000	134.239
8.1 - Pessoal	70.735	21.407	132.812	102.592
8.1.1 - Remuneração direta e F.G.T.S	59.085	18.753	113.009	86.153
8.1.2 - Benefícios	11.650	2.654	19.803	16.439
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	5.927	3.215	18.460	19.587
8.2.1 - Federais	3.158	2.056	12.224	14.983
8.2.2 - Municipais	2.769	1.159	6.236	4.604
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	9.374	7.072	13.307	9.334
8.3.1 - Juros	7.453	4.668	9.035	5.006
8.3.2 - Aluguéis	1.921	2.404	4.272	4.328
8.4 - Remuneração de capitais próprios	(4.579)	2.726	(4.579)	2.726
8.4.1 – Prejuízo (lucro) do exercício	(4.579)	2.726	(4.561)	2.726
8.4.2 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	(18)	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Seção A - Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Sinqia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rua Bela Cintra, 755 - 7º andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

A Companhia foi constituída em 1996, tendo por objetivo principal o fornecimento de produtos e serviços de tecnologia em informática, visando o mercado financeiro.

Em 11 de julho de 2017, a Companhia obteve a aprovação da B3 para efetuar a migração do Bovespa Mais para o Novo Mercado, segmento especial de listagem com os mais elevados padrões de governança corporativa.

A Companhia é Controladora da Senior Solution Serviços em Informática Ltda., Senior Solution Consultoria em Informática Ltda., Controlpart Consultoria e Participações Ltda., Consult Brasil Ltda., Stock & Info Ltda. e Torq Inovação Digital Ltda., empresas que têm por objetivo atuar de forma complementar às atividades da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada para divulgação pelo Conselho de Administração, em 04 de março de 2020.

1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 28.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mensurado pelo valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2.

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas informações individuais são divulgadas em conjunto com as informações financeiras consolidadas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

1.3 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota 5(b).

Seção B - Riscos

2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Teste de redução ao valor recuperável do ágio

Anualmente, a Companhia e suas controladas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 28. O valor recuperável de Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhecem ativos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo é determinado.

A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

(c) Reconhecimento de receita

A Companhia aufer, principalmente, receitas de licenciamento de software, compreendendo taxa de licenciamento, receita de serviços de manutenção e de suporte ao produto, serviços de customização, consultoria e assessoria permanente.

As receitas relativas à licença de acesso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todas as obrigações de execução inerentes da licença são executadas; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia.

As receitas de serviços de customização e consultoria são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, conforme contratos de prestação de serviços. Os casos em que o serviço foi prestado, porém ainda não faturado, são registrados como serviços à faturar na rubrica “contas a receber” no ativo circulante.

As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

2.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos deteriorado e as perdas por *Impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *Impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *Impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por *Impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *Impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado, exceto quando esse *Impairment* estiver relacionado com o ágio, sendo que essas perdas nunca são revertidas.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um exercício de dez anos e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração entende que devido à previsibilidade e recorrência de suas receitas e custos, é possível estimar o valor em uso para o período de dez anos.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 7,37% a.a., para a unidade geradora de caixa.

As principais premissas usadas nas estimativas do valor em uso são como segue:

- Receitas – as receitas foram projetadas entre 2020 e 2029 considerando o crescimento da base de clientes (crescimento orgânico somente).
- Custos e despesas operacionais – os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas e ganho de eficiência.
- Investimentos de capital – os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia e do crescimento projetado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

2.3 Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2019

Na preparação dessas informações contábeis, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 16 (CPC 6 (R2)) - Operações em arrendamento mercantil	A nova norma substituiu o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações, determinando que os arrendatários passem a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros “passivos de arrendamentos” e o direito de uso do ativo arrendado “direito de uso dos ativos” para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil.
IFRIC 23 (ICPC 22) – Incerteza sobre tratamento de impostos sobre o lucro	<p>A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.</p> <p>Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresenta-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.</p>

Os impactos da adoção dessas normas estão divulgados a seguir:

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil

A nova norma substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil, e correspondentes interpretações, trazendo alterações significativas para arrendatários, ao requerer que estes passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil. Podem ficar fora do escopo dessa nova norma apenas determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

Neste cenário, os arrendamentos contratados impactaram as informações financeiras conforme segue:

- Reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial individual e consolidado, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre passivos de arrendamento na demonstração individual e consolidada do resultado; e
- Separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais) na demonstração individual e consolidada dos fluxos de caixa.

Arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício, conforme permitido pela IFRS 16. A Companhia adotou o expediente prático, que permite não separar componentes de não arrendamento existentes em contratos que também possuam componentes de arrendamento e, em vez disso, contabilizou-os conjuntamente como um único componente dentro do escopo do novo pronunciamento.

Como método de transição ao novo pronunciamento, a Administração optou pela abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo da aplicação inicial registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a reapresentação de períodos comparativos. Deste modo, todos os saldos relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 seguem apresentados conforme as prerrogativas existentes nas políticas contábeis anteriormente vigentes (IAS 17).

No processo de transição, optou-se por não utilizar o expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento. Consequentemente, as novas definições de arrendamento contidas na IFRS 16 foram aplicadas a todos os contratos vigentes na data de transição. A mudança na definição de um arrendamento refere-se principalmente ao conceito de controle, onde a IFRS 16 determina que a avaliação se um contrato contém um arrendamento deve ser realizada com base no fato de o cliente ter o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Para tal, a Administração da Companhia, efetuou a identificação dos contratos, avaliando se estes, contêm ou não arrendamento de acordo com a IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, e valores menos representativos advindos de outras operações onde identificamos a existência de ativos arrendados individualmente ou combinados em contratos de serviços.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- Utilização de uma única taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Neste sentido, obteve-se a taxa incremental de captação, mensurada em 1º de janeiro de 2019, aplicável a carteira de ativos arrendados. Através desta metodologia a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 7,38% a.a.;

SINQIA S.A. E SUAS CONTROLADAS.**31 de Dezembro de 2019****(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)**

- Não foi realizado o reconhecimento contábil daqueles contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da aplicação inicial da nova norma;
- Exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso e;
- Utilização de percepção tardia para determinação do prazo de arrendamento, naqueles casos onde o contrato contém opções de prorrogação ou rescisão.

Em decorrência dos fatos acima, a Companhia reconheceu os seguintes ajustes aos saldos de abertura do balanço patrimonial individual e consolidado:

	Demonstrações financeiras consolidadas divulgadas em 31.12.2018	Impactos referentes a adoção do IFRS 16	Demonstrações financeiras consolidadas em 01.01.2019
ATIVO			
Ativo circulante	51.722	-	51.722
Outros ativos não circulantes	108.872	-	108.872
Imobilizado	6.836	24.914	31.750
Total do ativo	167.430	24.914	192.344
PASSIVO			
Arrendamento mercantil – circulante	-	(1.719)	(1.719)
Outros passivos circulantes	(33.635)	-	(33.635)
Arrendamento mercantil – não circulante	-	(23.195)	(23.195)
Outros passivos não circulantes	(48.379)	-	(48.379)
Patrimônio líquido	(85.416)	-	(85.416)
Total do passivo	(167.430)	(24.914)	(192.344)

SINQIA S.A. E SUAS CONTROLADAS.**31 de Dezembro de 2019****(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)**

Adicionalmente, a tabela abaixo sumariza os impactos contábeis da adoção deste novo pronunciamento contábil à demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Demonstrações financeiras consolidadas divulgadas	Impactos referentes a adoção	Demonstrações financeiras consolidadas sem os impactos do IFRS16
	em 31.12.2019	do IFRS 16	em 31.12.2019
	<i>(IFRS 16)</i>		<i>(IAS 17)</i>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA:	175.153	-	175.153
Custo dos serviços prestados	(117.288)	-	(117.288)
LUCRO BRUTO	57.865	-	57.865
Total das despesas operacionais, líquidas	(60.122)	482	(59.640)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(2.257)	482	(1.775)
Resultado financeiro, líquido	(5.435)	1.680	(3.755)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(7.692)	2.162	(5.530)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.174)	719	(2.455)
Imposto de renda e contribuição social diferido	6.305	(719)	5.586
Prejuízo depois do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(4.561)	2.162	(2.399)
Participação minoritária nos resultados	(18)	-	(18)
Prejuízo líquido do período	(4.579)	2.162	(2.417)

IFRIC 23 (ICPC 22) – Incerteza sobre tratamento de impostos sobre o lucro

A instrução IFRIC 23 (ICPC 22) descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a Companhia:

- Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e
- Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda:
 - Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda.
 - Em caso negativo, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

As entidades podem aplicar a interpretação com base na aplicação retrospectiva integral ou na aplicação retrospectiva modificada sem reapresentação de informações comparativas retrospectiva ou prospectivamente.

A Administração da Companhia passou a considerar os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia possui uma diretoria financeira responsável pela gestão de riscos, contando com a supervisão do Conselho de Administração, e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle, os quais estabelecem limites de exposição cambial e juros, e definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros bem como os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos, são apresentadas e avaliadas mensalmente pela diretoria financeira e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia.

(a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

(b) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e venda de licenças. Não há concentração de transações com clientes e historicamente o nível de inadimplência é muito baixo.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

(c) Risco de mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e CDI e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

(d) Análise de sensibilidade

O principal risco atrelado às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para os empréstimos.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo,

SINQIA S.A. E SUAS CONTROLADAS.**31 de Dezembro de 2019****(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)**

acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às aplicações financeiras decorrem de variações nas taxas de rentabilidade dos ativos, como aplicações em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando a 94% a 102,15% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Por outro lado, os financiamentos referem-se a operações efetuadas dentro do programa para o desenvolvimento da indústria de software e serviços de tecnologia da informação (PROSOFT), para os quais o BNDES, considera as condições de cada Companhia, na obtenção do empréstimo, bem como relacionada as debentures emitidas em 2019. Nessas condições, o valor registrado é o mais próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros e vale destacar, montante baixo em relação ao endividamento.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data-base no 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes. Com base na taxa média do CDI para o ano de 2019, cuja média foi de 5,94% para o ano e este definido como cenário provável (cenário 1); a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%. Foi atribuído às aplicações financeiras um rendimento médio de 102,5%, uma vez que nossas aplicações estão atreladas ao rendimento do CDI.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2019, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

<u>Operação</u>	<u>31.12.2019</u> <u>Consolidado</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário 1</u>	<u>Cenário 2</u>	<u>Cenário 3</u>
Aplicações financeiras	363.510	CDI	5,94%	4,46%	2,97%
Média juros equivalentes CDI(100% e 105%)		102,5% CDI	6,09%	4,57%	3,04%
Receita financeira			6.008	4.506	3.004

A Companhia tem contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

A maioria de nossa dívida provém de debêntures que a empresa possui com correção pelo CDI em 101,5% da taxa divulgada. Efetuamos uma projeção de cenários em 31/12/2019 com base na taxa média do CDI no ano, efetuando o cálculo de nossa despesa financeira em cenário de aumento da taxa do CDI em 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3).

<u>Operação</u>	<u>31.12.2019</u> <u>Consolidado</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário 1</u>	<u>Cenário 2</u>	<u>Cenário 3</u>
Debentures	49.709	CDI	5,94%	7,43%	8,91%
Média juros equivalentes CDI(100% e 105%)		101,5% CDI	6,03%	7,54%	9,04%
Despesa financeira			4.397	5.496	6.870

A Companhia tem contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

3.2 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia considera dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e obrigação por aquisição de investimento menos caixa e equivalentes de caixa.

Em 2019, a Sinqia efetuou a primeira emissão de debentures e a segunda oferta de ações. Em 2019, foi mantido um caixa líquido, superiores ao saldo de sua dívida.

	Consolidado	
	2019	2018
Total dos empréstimos (Nota 13)	60.733	14.609
Obrigação por aquisição de investimento (Nota 16)	40.201	18.323
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(364.985)</u>	<u>(26.037)</u>
 Dívida (Caixa) Líquida (o)	 <u>(264.051)</u>	 <u>6.895</u>
 Total do patrimônio líquido	 <u>430.641</u>	 <u>85.350</u>
 Total do capital	 <u>166.590</u>	 <u>92.245</u>

3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*Impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

Conforme determina o CPC48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2019.

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2019.

SINQIA S.A. E SUAS CONTROLADAS.
31 de Dezembro de 2019
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2019:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Consolidado Saldo total
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	364.985	-	-	364.985
Contas a receber, líquido	21.628	-	-	21.628
Total do ativo	386.613	-	-	386.613
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	60.733	-	-	60.733
Obrigações por aquisição de investimento	40.201	-	-	40.201
Fornecedores	1.886	-	-	1.886
Total do passivo	102.820	-	-	102.820

3.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Instrumento financeiro por categoria

	Consolidado			
	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2019				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes	-	-	21.628	21.628
Caixa e Bancos	-	-	1.475	1.475
Títulos de renda fixa em moeda nacional	-	363.510	-	363.510
	-	363.510	23.103	386.613

	Consolidado			
	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2019				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e Financiamentos	-	-	60.733	60.733
Obrigações por aquisição de investimento	-	-	40.201	40.201
Fornecedores	-	-	1.884	1.884
	-	-	102.818	102.818

Seção C – Informações por segmento

4 Apresentação de informações por segmentos

As empresas da Companhia possuem como objetivo o fornecimento de produtos e serviços de informática em tecnologia, além de consultoria, visando o atendimento ao mercado financeiro. Muito embora os produtos sejam destinados a diversos segmentos dentro das instituições financeiras, estes não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Seção D – Estrutura do Grupo

5 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

	Senior Solution Serviços em Informática Ltda.	Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.	Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	Consult Brasil Ltda.	Intellectual Capital Ltda.	att/PS Informática Ltda.	Torq Inovação Digital Ltda.	Total
Saldo 31 de dezembro de 2017	4.676	26.299	5.094	-	3.454	38.618	-	78.141
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	500	500
Equivalência patrimonial	(1.169)	259	2.892	-	-	5.602	94	7.678
Distribuição de dividendos	-	(4.598)	(3.640)	-	-	-	-	(8.238)
Saldo 31 de dezembro de 2018	3.507	21.960	4.346	-	3.454	44.220	594	78.081
Aumento de capital	-	39.175	-	-	-	-	540	39.715
Equivalência patrimonial	(480)	2.794	1.709	(1.737)	-	-	149	2.435
Reorganização societária (i)	-	-	-	(87)	-	(4.217)	1	(4.303)
Saldo 31 de dezembro de 2019	3.027	63.929	6.055	(1.824)	3.454	40.003	1.284	115.928

(i) Em 2019 a att/PS Informática Ltda. foi incorporada pela Sinqia S.A. (controladora). A ConsultBrasil Ltda. em dezembro 2018 era um investimento da att/PS Informática Ltda. e passou a ser um investimento direto da Sinqia S.A em 2019.

(b) Informações das controladas

Investimento direto	Patrimônio líquido	Participação (%)	Ágio na aquisição - Goodwill	Resultado do exercício	Total de investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
					31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Senior Solution Serviços em Informática Ltda.	3.027	100%	-	(480)	3.027	3.507	(480)	(1.169)
Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.	63.929	100%	-	2.794	63.929	21.960	2.794	259
Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	3.331	100%	2.724	1.709	6.055	4.346	1.709	2.892
Consult Brasil. Ltda.	(4.383)	100%	2.559	(1.737)	(1.824)	-	(1.737)	-
Intellectual Capital Ltda.	N/A	N/A	3.454	-	3.454	3.454	N/A	-
att/PS Informática Ltda.	N/A	N/A	40.003	-	40.003	44.220	N/A	5.602
Torq Inovação Digital Ltda.	1.427	90%	-	168	1.284	594	149	94
					115.928	78.081	2.435	7.678

(c) Investimentos indiretos (Controlada direta de Sinqia Consultoria em Informática Ltda.)

Investimento indireto	Patrimônio líquido	Participação indireta (%)	Resultado do exercício/ período	Total de investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
				31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Aquarius Tecnologia e Informática Ltda. (i)	-	100%	-	-	2.950	-	443
Stock&Info Ltda.	595	100%	57	595	-	57	-

(i) Aquarius Tecnologia e Informática Ltda foi incorporada pela Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.

(ii) A Stock & Info Ltda. foi adquirida no segundo semestre de 2019, conforme a Nota 6.

6 Combinação de negócios

As combinações de negócios e novas aquisições de investimentos estão alinhadas com a estratégia da Companhia de especialização e consolidação do seu posicionamento em diferentes segmentos, além de trazer novas soluções para os clientes da Sinqia S.A. através da diversificação de portfólio com soluções específicas de nicho.

a) Aquisição Atena Tecnologia Ltda

Em 30 de janeiro de 2019 a Companhia por meio da sua subsidiária Senior Solution Consultoria em Informática Ltda., celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") por meio do qual adquiriu a totalidade a Atena Tecnologia Ltda. ("Atena"). A transação envolveu o montante inicial de R\$5.000 à vista, desembolsada na data da aquisição, e parcelas à prazo totalizando R\$ 2.964 a serem pagas em cinco prestações anuais.

Com a aquisição da Atena, a Sinqia passa a ofertar uma plataforma web ainda mais abrangente.

O preço final de aquisição, conforme contrato, é composto por uma parcela adicional de até R\$ 4.000 vinculada ao alcance de uma meta de receita líquida. Desta forma, com base na apuração realizada pela Administração, das vendas envolvendo a Atena, foi estimado o complemento de R\$ 2.350 como parcela adicional, resultando em um montante total de R\$ 10.314. O valor adicional apurado será pago em abril de 2024.

a.1) Contrapartida transferida:

Pagamento à vista	5.000
Pagamento à prazo	2.964
Pagamento da parcela variável	2.350
Total	<u>10.314</u>

a.2) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos a valor justo na data de aquisição:

BALANÇO PATRIMONIAL DA ADQUIRIDA

	<u>30/01/2019</u>		<u>30/01/2019</u>
Ativo circulante		Passivo circulante	
Disponibilidades	324	Fornecedores e prestadores de serviços	241
Contas a receber	575	Adiantamentos de clientes	241
Tributos a recuperar	227	Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas	1.241
Despesas antecipadas	35	Obrigações tributárias	101
Total do ativo circulante	<u>1.161</u>	Total do passivo circulante	<u>1.824</u>
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Imobilizado	132	Provisões para demandas judiciais	377
Intangível	11.222		
Total do ativo não circulante	<u>11.354</u>	Total do passivo não circulante	<u>377</u>
		Total do patrimônio líquido	10.314
Total do ativo	<u><u>12.515</u></u>	Total do passivo	<u><u>12.515</u></u>

a.3) Ágio preliminar gerado na aquisição

Preço estimado	10.314
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:	
Cláusula de não competição	(851)
Software	(1.407)
Carteira de clientes	(3.704)
(+) Valor justo dos passivos assumidos:	
Provisão para demandas judiciais	377
(-) Patrimônio líquido contábil negativo na data de aquisição	(130)
Ágio gerado na aquisição	<u>4.859</u>

A tabela a seguir demonstra os ativos intangíveis adquiridos que não estavam registrados inicialmente nos livros contábeis da Companhia, bem como a vida útil estimada e o método de amortização:

<u>Ativos Intangíveis</u>	<u>Valor</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Método de amortização</u>
Cláusula de não competição	851	5 anos	Linear
Software	1.407	5 anos	Linear
Carteira de clientes	3.704	13 anos	Linear

b) Aquisição ADSPrev – Administração e Desenvolvimento de Sistemas Ltda.

Em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia por meio da sua subsidiária Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") por meio do qual adquiriu a totalidade a ADSPrev – Administração e Desenvolvimento de Sistemas Ltda. ("ADSPrev"). A transação envolveu o montante inicial de R\$10.274 à vista, desembolsada na data da aquisição, e parcelas à prazo totalizando R\$1.808 a serem pagas em cinco prestações anuais.

As principais motivações da aquisição da ADSPrev foram a atualização do portfólio de produtos, a ampliação da carteira de clientes e a adição de novos colaboradores ao time. Com isso, a Sinqia passa a ter escala para construir um sistema com abrangência, flexibilidade e performance.

O preço final de aquisição, conforme contrato, é composto por uma parcela adicional de até R\$ 4.000 vinculada ao alcance de uma meta de receita líquida em 2020. Desta forma, com base na apuração realizada pela Administração, das vendas cruzadas envolvendo a Sinqia e a ADSPrev, estimado o complemento de R\$ 409 como parcela adicional, resultando em um montante total de R\$ 12.491. O valor adicional apurado será pago em abril de 2021.

b.1) Contrapartida transferida:

Pagamento à vista	10.274
Pagamento à prazo	1.808
Pagamento da parcela variável	409
Total	<u>12.491</u>

b.2) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos a valor justo na data de aquisição:

BALANÇO PATRIMONIAL DA ADQUIRIDA

	<u>28/02/2019</u>		<u>28/02/2019</u>
Ativo circulante		Passivo circulante	
Disponibilidades	322	Fornecedores e prestadores de serviços	569
Contas a receber	635	Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas	529
Despesas antecipadas	54	Obrigações tributárias	158
Total do ativo circulante	<u>1.011</u>	Total do passivo circulante	<u>1.256</u>
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Imobilizado	157	Empréstimos e financiamentos	1.525
Intangível	18.120	Provisão para demandas judiciais	4.016
Total do ativo não circulante	<u>18.277</u>	Total do passivo não circulante	<u>5.541</u>
		Total do patrimônio líquido	12.491
Total do ativo	<u>19.288</u>	Total do passivo	<u>19.288</u>

b.3) Ágio preliminar gerado na aquisição

Preço estimado	12.491
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:	
Cláusula de não competição	(542)
Software	(2.037)
Carteira de clientes	(4.620)
(+) Valor justo dos passivos assumidos:	
Provisão para demandas judiciais	4.016
(-) Patrimônio líquido contábil negativo na data de aquisição	(1.480)
Ágio gerado na aquisição	<u>10.788</u>

A tabela a seguir demonstra os ativos intangíveis adquiridos que não estavam registrados inicialmente nos livros contábeis da Companhia, bem como a vida útil estimada e o método de amortização:

<u>Ativos Intangíveis</u>	<u>Valor</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Método de amortização</u>
Cláusula de não competição	542	5 anos	Linear
Software	2.037	5 anos	Linear
Carteira de clientes	4.620	10 anos	Linear

c) **Aquisição Softpar**

Em 20 de maio de 2019 a Companhia por meio da sua subsidiária Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças ("Contrato") por meio do qual adquiriu a totalidade a Partec Ltda. e sua subsidiária, NVA Ltda. (em conjunto "Softpar"). A transação envolveu o montante inicial de R\$18.000 à vista, desembolsada na data da aquisição, e parcelas à prazo totalizando R\$11.329 a serem pagas em cinco prestações anuais.

Com a aquisição da Softpar, a Sinqia passa a ofertar uma plataforma web ainda mais abrangente, com solução para o segmento bancos, financeiras e agências de fomento.

O preço final de aquisição, conforme contrato, é composto por uma parcela adicional de até R\$ 6.000 vinculada ao alcance de uma meta de receita líquida em 2019 e 2020. Desta forma, com base na apuração realizada pela Administração, das vendas cruzadas envolvendo a Sinqia e a Softpar, foi apurada a estimativa de complemento de R\$ 5.213 como parcela adicional. O valor adicional apurado será pago em abril de 2021.

c.1) Contrapartida transferida:

Pagamento à vista	18.000
Pagamento à prazo	11.329
Pagamento da parcela variável	5.213
Total	34.542

c.2) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos a valor justo na data de aquisição:

BALANÇO PATRIMONIAL DA ADQUIRIDA

	<u>31/05/2019</u>		<u>31/05/2019</u>
Ativo circulante		Passivo circulante	
Disponibilidades	744	Fornecedores e prestadores de serviços	255
Contas a receber	1.312	Arrendamentos	539
Despesas antecipadas	284	Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas	997
		Obrigações tributárias	936
Total do ativo circulante	<u>2.340</u>	Total do passivo circulante	<u>2.727</u>
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Imobilizado	2.955	Arrendamentos	1.088
Intangível	46.965	Obrigações tributárias não circulante	638
		Provisões para demandas judiciais	13.265
Total do ativo não circulante	<u>49.920</u>	Total do passivo não circulante	<u>14.991</u>
		Total do patrimônio líquido	34.542
Total do ativo	<u>52.260</u>	Total do passivo	<u>52.260</u>

c.3) Ágio preliminar gerado na aquisição

Preço estimado	34.542
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:	
Cláusula de não competição	(2.233)
Software	(5.333)
Carteira de clientes	(13.359)
(+) Valor justo dos passivos assumidos:	
Provisão para demandas judiciais	13.265
(-) Patrimônio líquido contábil na data de aquisição	823
Ágio gerado na aquisição	<u>26.061</u>

A tabela a seguir demonstra os ativos intangíveis adquiridos que não estavam registrados inicialmente nos livros contábeis da Companhia, bem como a vida útil estimada e o método de amortização:

<u>Ativos Intangíveis</u>	<u>Valor</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Método de amortização</u>
Cláusula de não competição	2.233	5 anos	Linear
Software	5.333	5 anos	Linear
Carteira de clientes	13.359	9 anos	Linear

d) **Aquisição Stock & Info**

Em 02 de dezembro de 2019 a Companhia por meio da sua subsidiária Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças ("Contrato") por meio do qual adquiriu a totalidade a Stock & Info Ltda. ("Stock & Info"). A transação envolveu o montante inicial de R\$4.500 à vista, desembolsada na data da aquisição, e parcelas à prazo totalizando R\$494 a serem pagas em cinco prestações anuais.

Com a aquisição da Stock & Info, a Sinqia reforça a sua presença no segmento de previdência.

d.1) Contrapartida transferida:

Pagamento à vista	4.500
Pagamento da parcela variável	494
Total	<u>4.994</u>

SINQIA S.A. E SUAS CONTROLADAS.
31 de Dezembro de 2019
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

d.2) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos a valor justo na data de aquisição:

BALANÇO PATRIMONIAL DA ADQUIRIDA

	<u>30/11/2019</u>		<u>30/11/2019</u>
Ativo circulante		Passivo circulante	
Disponibilidades	696	Fornecedores e prestadores de serviços	33
Despesas antecipadas	40	Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas	276
		Obrigações tributárias	89
Total do ativo circulante	<u>736</u>	Total do passivo circulante	<u>398</u>
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Imobilizado	164	Provisão para demandas judiciais	395
Intangível	4.887		
Total do ativo não circulante	<u>5.051</u>	Total do passivo não circulante	<u>395</u>
		Total do patrimônio líquido	4.994
Total do ativo	<u><u>5.787</u></u>	Total do passivo	<u><u>5.787</u></u>

d.3) Ágio preliminar gerado na aquisição

Preço estimado	4.994
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:	
Cláusula de não competição	(420)
Software	(704)
Carteira de clientes	(2.547)
(+) Valor justo dos passivos assumidos:	
Provisão para demandas judiciais	395
(-) Patrimônio líquido contábil na data de aquisição	577
Ágio gerado na aquisição	<u><u>1.141</u></u>

A tabela a seguir demonstra os ativos intangíveis adquiridos que não estavam registrados inicialmente nos livros contábeis da Companhia, bem como a vida útil estimada e o método de amortização:

<u>Ativos Intangíveis</u>	<u>Valor</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Método de amortização</u>
Cláusula de não competição	420	5 anos	Linear
Software	704	5 anos	Linear
Carteira de clientes	2.547	16 anos	Linear

Seção E – Notas explicativas relevantes selecionadas

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Caixa	-	-	1	1
Bancos	512	823	1.474	2.316
Aplicações financeiras (i)	352.191	4.216	363.510	23.720
	352.703	5.039	364.985	26.037

(i) A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Portanto, referem-se a aplicações em fundos de investimento em renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com juros médios equivalentes variando de 94% a 102,15% do CDI e liquidez imediata, ou seja, sem carência para resgates.

8 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Valores faturados	5.888	1.174	14.068	11.766
Serviços a faturar (i)	4.884	2.163	7.718	11.432
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (ii)	(101)	(131)	(158)	(944)
	10.671	3.206	21.628	22.254

(i) O valor de serviços a faturar refere-se a receita decorrente de serviços efetivamente prestados aos clientes, mas que até a data base das informações financeiras não haviam sido faturados.

(ii) Apresentamos abaixo a movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2018 e 2017	(131)	(66)	(944)	(609)
Adições por reorganização societária (i)	(409)	-	-	-
Adições	(1)	(65)	(8)	(335)
Baixas	440	-	794	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019 e 2018	(101)	(131)	(158)	(944)

(i) O aumento no saldo das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa na Controladora ocorreu devido a incorporação da att/PS. Dessa forma não houve impacto relevante no consolidado.

A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos, por idade de vencimento (*aging list*):

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Serviços a faturar	4.884	2.163	7.718	11.432
A vencer	3.667	847	9.217	9.893
Contas vencidas – de 1 a 90 dias	1.402	307	3.158	1.752
Contas vencidas – de 91 a 180 dias	464	-	820	92
Contas vencidas – de 181 a 270 dias	155	-	456	3
Contas vencidas – de 271 a 360 dias	119	20	320	26
Contas vencidas – acima de 360 dias	81	-	97	-
	10.772	3.337	21.786	23.198

9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
IRRF e IRPJ/CSLL a compensar (i)	2.228	507	4.015	1.418
PIS, COFINS e CS retidos na fonte (ii)	11	428	261	968
Outros	69	102	81	166
	2.308	1.037	4.357	2.552

(i) Refere-se ao imposto de renda retido na fonte e antecipações de imposto de renda e contribuição social.

(ii) Refere-se ao PIS, COFINS e contribuição social retidos na fonte no recebimento dos valores de notas fiscais emitidas por serviços prestados ou licenças de *software* contratadas.

10 INFORMAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

a) PARTES RELACIONADAS COM EMPRESAS DO GRUPO

A tabela a seguir apresenta as informações referentes a saldos em aberto em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 entre a Controladora, suas controladas e administradores da Companhia:

	Controladora					
	Valores devidos por partes relacionadas (Ativo)	Valores devidos à partes relacionadas (Passivo)	Valores partes relacionadas (Resultado)	Valores devidos por partes relacionadas (Ativo)	Valores devidos à partes relacionadas (Passivo)	Valores partes relacionadas (Resultado)
Partes relacionadas	31.12.2019			31.12.2018		
Senior Solution Serviços em Informática Ltda.	-	169	2.517	1.750	-	2.745
ConsultBrasil Ltda.	-	631	-	-	-	-

SINQIA S.A. E SUAS CONTROLADAS.
31 de Dezembro de 2019
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.	4.459	-	3.637	2.303	-	3.027
Aquarius Tecnologia e Informática Ltda.	-	-	-	-	-	267
att/PS Informática LTDA	-	-	-	2.447	-	6.103
Controlpart	-	1.358	-	-	-	-
Ativo não circulante	4.459	-	-	6.500	-	-
Passivo circulante	-	173	-	-	-	-
Passivo não circulante	-	1.985	-	-	-	-
Resultado	-	-	6.154	-	-	12.142

As transações referem-se a compartilhamento de gasto, principalmente administrativos, e são executadas com base em contratos firmados. Não há quaisquer transações de compra e venda de produtos ou serviços entre as empresas. As transações são liquidadas financeiramente com prazo médio acima de 360 dias.

b) REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (pró-labore), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, e outros), previdência privada e remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus, dependendo da modalidade de contratação de cada um.

Os desembolsos com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e suas controladas, são resumidos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Salários, honorários e encargos sociais	3.182	2.431	3.182	2.431
Benefícios	347	239	347	239
Bônus variáveis	548	1.111	548	1.111
	4.077	3.781	4.077	3.781

c) PLANO DE REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

O propósito do Plano de Remuneração em Ações ("Plano") é oferecer aos principais executivos da Companhia a oportunidade de multiplicar o valor do seu bônus financeiro anual ("Bônus Anual"), mediante a cessão pela Companhia de recursos adicionais ("Bônus Adicional"), que devem ser usados pelo executivo elegível ("Favorecido") para a aquisição de ações da Companhia ("Ações"). O Plano prevê que o valor do Bônus Adicional será calculado com base em um multiplicador, aplicado sobre o seu Bônus Anual que é outorgado pela Companhia no Programa de Participação de Lucros e Resultados ("PPLR").

O Bônus Anual será utilizado como base para a aplicação do multiplicador para fins de apuração de Bônus Adicional no âmbito deste Plano. O multiplicador varia de 50% a 80% dependendo da função exercida na Companhia.

A quantidade de ações a serem adquiridas por cada favorecido será calculada como base em seu valor de mercado médio de um determinado período.

SINQIA S.A. E SUAS CONTROLADAS.**31 de Dezembro de 2019****(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)**

Do total de ações adquiridas, o favorecido passará a ter a sua titularidade (Vesting) à razão de 40% (quarenta por cento) do total após 12 (doze) meses da aquisição, 30% (trinta por cento) do total após 24 (vinte e quatro) meses da aquisição e os 30% (trinta por cento) remanescentes após 36 (trinta e seis) meses da aquisição. A data da aquisição será considerada aquela em que a Companhia receber do favorecido os valores relativos a venda e que for celebrado o acordo de compra de ações.

A quantidade de ações envolvidas nesse plano é de 250.232 ações.

d) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA OU SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

O Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações ("Plano") prevê a outorga de opções de compra ou subscrição de ações ordinárias ("Opções") da Companhia. O Plano tem por objetivo (a) atrair, reter e engajar profissionais chave para a gestão da Companhia ("Beneficiários"), (b) alinhar os interesses dos Beneficiários com os interesses da Companhia e de seus acionistas numa perspectiva de longo prazo e (c) incentivar os Beneficiários a contribuir para a obtenção de bons resultados para a Companhia.

Quantidade de Ações Incluídas no Plano: As opções outorgadas no âmbito do Plano, incluídas as já exercidas ou não, e descontadas as canceladas por situações de desligamento, falecimento, invalidez permanente ou aposentadoria, poderão conferir direitos sobre ações ordinárias que representem até 3% (três por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano.

Exercício das Opções: As opções outorgadas poderão ser exercidas desde que observados os termos e as condições estipulados no presente Plano e pelo Conselho de Administração, além dos termos e as condições previstos nos respectivos Contratos de Opção. O Beneficiário poderá exercer toda ou parte das Opções exercíveis, ficando entretanto estabelecido que, em cada exercício parcial das Opções, o Beneficiário deverá exercer ao menos 25% das Opções que detiver e que sejam exercíveis. O exercício de parte das Opções pelo Beneficiário não prejudicará o exercício das demais Opções detidas.

O valor justo das opções concedidas é estimado na data da concessão com base no modelo Black-Scholes de precificação de opções.

Os principais eventos relacionados aos planos vigentes, as variáveis utilizadas nos cálculos e os resultados são:

Outorgas				Premissas valor justo			
				Expectativa de:		Taxa de juros livre de risco	Prazo de maturidade
Data	Quantidade de opções/ações	Preço de exercício em reais	Valor justo das ações em reais	Dividendos	Volatilidade		
01/08/2018	177.716	7,11	25,64	0,23%	37,57%	4,50%	4 anos

A movimentação das opções de ações do plano são demonstradas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	Quantidade (em unidades)	Preço médio (em reais)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	15.735	1,76
Concedidas	53.808	19,40
Canceladas/expiradas	(5.999)	9,25
Saldos em 31 de dezembro de 2019	63.544	15,99

11 IMOBILIZADO

a) Abertura do imobilizado

				31.12.2019	Controladora 31.12.2018
	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Instalações e benfeitorias	9 – 10	6.024	(748)	5.276	2.758
Aparelhos e materiais elétricos	9 – 12	694	(303)	391	129
Móveis e utensílios	9 – 12	2.522	(1.043)	1.479	441
Edificações - direitos de uso	2 – 10	20.859	(2.203)	18.656	-
Computadores e periféricos	4 – 5	6.850	(3.307)	3.543	1.956
		36.949	(7.604)	29.345	5.284

				31.12.2019	Consolidado 31.12.2018
	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	9 – 10	8.049	(1.526)	6.523	3.567
Aparelhos e materiais elétricos	9 – 12	798	(335)	463	200
Móveis e utensílios	9 – 12	3.338	(1.560)	1.778	695
Edificações - direitos de uso	2 – 10	24.419	(3.083)	21.336	-
Computadores e periféricos	4 – 5	10.029	(5.386)	4.643	2.374
		46.633	(11.890)	34.743	6.836

b) Movimentação do imobilizado – Controladora

	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Edificações - direitos de uso	Computadores e periféricos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.758	129	441	-	1.956	5.284
Adições	3.036	297	1.099	-	1.769	6.201
Adições por reorganização societária	28	28	115	-	269	440
Adições referente ao CPC 06 (R2)	-	-	-	20.859	-	20.859
Baixas	(89)	-	-	-	-	(89)
Depreciação	(457)	(62)	(176)	(2.204)	(451)	(3.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.276	392	1.479	18.655	3.543	29.345

c) **Movimentação do imobilizado – Consolidado**

	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Edificações - direitos de uso	Computadores e periféricos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.567	200	695	-	2.374	6.836
Adições	3.999	266	1.115	-	1.754	7.134
Adições por aquisição de empresa	65	77	214	1.390	1.116	2.862
Adições referente ao CPC 06 (R2)	-	-	-	22.473	-	22.473
Baixas	(41)	-	-	-	(2)	(43)
Depreciação	(1.068)	(80)	(246)	(2.527)	(598)	(4.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.522	463	1.778	21.336	4.644	34.743

12 **INTANGÍVEL**

a) **Abertura do intangível**

				Controladora	
				31.12.2019	31.12.2018
	Vida útil (anos)	Custo	Amortização Acumulada e impairment	Líquido	Líquido
Direito de uso de softwares	5	4.877	(3.390)	1.487	436
Marcas e patentes	5-10	2.277	(998)	1.279	1.611
Softwares adquiridos	5	6.860	(4.046)	2.814	3.696
Carteira de clientes	5-10	20.412	(4.261)	16.151	14.730
Acordo de não competição	5	4.575	(3.432)	1.143	2.287
Desenvolvimento de novos produtos (i)	5	6.301	(5.091)	1.210	1.189
		45.302	(21.218)	24.084	23.949

(i) Refere-se aos investimentos direcionados para o laboratório de inovação, Torq.

				Consolidado	
				31.12.2019	31.12.2018
	Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada e/ou impairment	Líquido	Líquido
Ágio na aquisição de controladas – <i>Goodwill</i>	-	99.920	(2.860)	97.060	54.209
Softwares adquiridos	5	21.780	(10.375)	11.405	4.979
Direito de uso de <i>softwares</i>	5	6.799	(4.719)	2.080	1.002
Carteira de clientes	5-16	53.162	(10.714)	42.448	22.520
Acordo de não competição	5	8.851	(4.183)	4.668	2.289
Marcas e patentes	5-10	7.125	(1.549)	5.576	5.909
Desenvolvimento de novos produtos (i)	5	6.301	(5.091)	1.210	1.211
		203.938	(39.491)	164.447	92.119

SINQIA S.A. E SUAS CONTROLADAS.
31 de Dezembro de 2019
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação do intangível – Controladora

	Direito de uso de softwares	Desenvolvimento de novos produtos (Torq)	Marcas e patentes	Softwares adquiridos	Carteira de clientes	Acordo de não competição	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	434	1.189	1.612	3.696	14.730	2.288	23.949
Adições	1.945	-	-	-	-	-	1.945
Adições por reorganização societária	564	21	-	700	3.465	-	4.750
Baixas	-	-	-	-	(50)	-	(50)
Amortização	(1.456)	-	(333)	(1.582)	(1.995)	(1.144)	(6.510)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.487	1.210	1.279	2.814	16.150	1.144	24.084

c) Movimentação do intangível – Consolidado

	Ágio na aquisição de controladas – Goodwill	Direito de uso de softwares	Desenvolvimento de novos produtos (Torq)	Marcas e patentes	Softwares adquiridos	Carteira de clientes	Acordo de não competição	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	54.209	1.002	1.210	5.909	4.980	22.521	2.288	92.119
Adições	-	2.078	-	-	-	-	-	2.078
Adições por aquisição de empresa	42.851	538	-	-	9.481	24.230	4.044	81.144
Baixas	-	(39)	-	-	-	-	-	(39)
Amortização	-	(1.499)	-	(333)	(3.056)	(4.303)	(1.664)	(10.855)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	97.060	2.080	1.210	5.576	11.405	42.448	4.668	164.447

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Encargos	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
BNDES – nº 14209211 (i)	TJLP + 1,1% a.a.	15/12/2020	3.768	7.339	3.768	7.339
BNDES – nº 17203411018 (i)	TJLP + 2,0% a.a.	15/03/2024	7.256	7.030	7.256	7.030
Debentures (ii)	CDI+1,50%	22/02/2024	49.709	-	49.709	-
Capital de Giro	CDI+2,90%	15/04/2019	-	-	-	46
Mútuos	Selic	11/10/2019	-	-	-	194
Total			60.733	14.369	60.733	14.609
Circulante			15.503	3.718	15.503	3.958
Não circulante			45.230	10.651	45.230	10.651

- (i) Estes contratos possuem como garantia carta fiança emitida no mesmo valor por instituição financeira atendendo aos critérios e exigências do BNDES.
- (ii) A primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, possui como garantia direitos creditórios decorrentes de recebíveis. Adicionalmente a empresa é requerida de manter depositado o valor de R\$3.000, que foi registrado na conta de títulos e valores mobiliários em 2019.

Abaixo demonstramos a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14.369	14.609
Captação	50.000	50.000
Adições por aquisição de empresa	-	1.531
Juros incorridos	4.277	4.397
Juros pagos	(4.303)	(4.423)
Amortização	(3.610)	(5.381)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	60.733	60.733

Abaixo demonstramos a expectativa de pagamento dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora	Consolidado
2020	15.674	15.674
2021	14.274	14.274
2022	14.286	14.286
2023	14.281	14.281
Após 2023	2.218	2.218
Total	60.733	60.733

(a) **COVENANTS**

Os contratos de financiamento BNDES – nº 14209211 e BNDES – nº 17203411018 não possuem cláusulas restritivas relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros.

As debêntures possuem cláusulas restritivas financeiras que devem ser apuradas com data base de 31 de dezembro de 2019, baseada no indicador de Dívida Líquida dividida pelo EBITDA (que resulte em um índice menor que 3 no primeiro ano, 2,5 no segundo, terceiro ano, 1,9 no quarto ano e 1,8 no quinto ano) e baseada no indicador EBITDA dividido Resultado Financeiro (que resulte em índice de mais de 3). Em 2019, a Companhia atendeu as cláusulas restritivas.

14 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
INSS/FGTS a recolher	1.574	770	2.917	2.674
IRRF sobre salários	1.185	572	1.847	1.658
Férias	5.519	2.101	8.857	7.178
Bônus, comissão e participação nos resultados (i)	-	2.054	29	2.159
Outros	509	9	586	38
	8.787	5.506	14.236	13.707

- (i) A provisão para bônus e participação de resultados é registrada mensalmente, e depende do atingimento das metas corporativas e individuais dos colaboradores. O pagamento desses proventos ocorre sempre no mês de abril do exercício subsequente ao de apuração dos resultados. Não houve provisão de bônus em 2019, sendo que todos os valores foram pagos dentro do ano.

15 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
IR e CS a recolher	3	-	155	956
ISS a recolher	453	198	912	817
PIS/COFINS a recolher	274	31	419	490
Parcelamento de impostos	103	-	3.904	3.951
Outros impostos a pagar	23	71	44	196
Total	856	300	5.434	6.410
Circulante	753	283	1.972	2.824
Não circulante	103	17	3.462	3.586

16 OBRIGAÇÕES POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO

Referem-se a obrigações de parcelas a pagar por aquisição dos investimentos efetuados pela Companhia e suas controladas, negociadas com pagamento parcelado. Estão registradas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Aquisição Controlpart	144	484	144	484
Aquisição ConsultBrasil	588	-	588	906
Aquisição att/PS Informática	13.754	16.933	13.754	16.933
Aquisição Atena	-	-	5.667	-
Aquisição ADSPrev	-	-	2.319	-
Aquisição SoftPar	-	-	17.233	-
Aquisição Stock&Info	-	-	496	-
	14.486	17.417	40.201	18.323
Circulante	7.182	5.670	10.404	6.026
Não circulante	7.304	11.747	29.797	12.297

Abaixo demonstramos a expectativa de pagamento das obrigações por aquisição dos investimentos:

	Controladora	Consolidado
2020	7.182	10.404
2021	7.304	15.762
Após 2021	-	14.035
Total	14.486	40.201

17 PROVISÃO PARA RISCOS E DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade da constituição de provisão para contingências, no qual julga suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho destes.

O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, e estas referem-se a processos judiciais trabalhistas em andamento e risco previdenciário.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Cível	12.079	-	13.650	12.186
Trabalhista	1.690	377	12.017	4.658
Tributário	1.763	-	12.131	5.001
	15.532	377	37.798	21.845

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para contingência:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	377	21.845
Adições	1.637	1.925
Adições por reorganização societária (i)	16.859	-
Adições por aquisição de empresa	-	18.543
Pagamentos	(597)	(640)
Reversões	(2.744)	(3.875)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.532	37.798

(i) O aumento no saldo de provisão para demandas judiciais na Controladora ocorreu devido a incorporação da att/PS.

A Companhia e suas controladas também são parte de ações trabalhistas e tributárias cujo risco de perda, de acordo com seus consultores legais e a Administração da Companhia, é classificada como possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. O montante referente ao valor da causa atualizado, relativo a essas ações, corresponde a R\$ 16.740 na Controladora em 31 de dezembro de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 16.965) e R\$ 23.354 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$24.013). Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais, corresponde a R\$ 269 na Controladora em 31 de dezembro de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 58) e R\$ 309 no Consolidado em 31 de dezembro de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 297).

a) Trabalhista

De uma maneira geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros.

b) Tributário

Os processos tributários se referem disputas legais envolvendo tributos de natureza municipal e federal, especialmente a pedidos de compensação e/ou restituição não homologados, além de riscos tributários identificados nos processos de aquisição.

c) Cíveis

Os processos de natureza cível se referem, principalmente, a ações ajuizadas sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços oferecidos e restituição de valores.

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social

Em reunião realizada em 17 de setembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do Art. 5º do Estatuto Social, no montante de R\$ 362.700.000 (trezentos e sessenta e dois milhões e setecentos mil reais), mediante a emissão de 5.850.000 (cinco milhões, oitocentas e cinquenta mil) ações ordinárias. O gasto com a emissão de ações foi de R\$21.837.

Em reunião realizada em 12 de setembro de 2019, o Conselho de Administração deliberou Desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção 3 (três) novas ações para cada ação atualmente existente.

O capital social da Companhia é de R\$ 413.261, e está representado atualmente por 70.548.812 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Os titulares das ações ordinárias tem direito a um voto por ação nas assembleias de acionistas da Companhia.

O quadro abaixo apresenta a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de emissão da Companhia, além das ações em tesouraria.

Acionistas	31.12.2019		31.12.2018	
	Ações	%	Ações	%
HIX Investimentos Ltda.	5.728.296	8,12%	7.241.596	15,36%
SFA Investimentos Ltda.	5.438.800	7,71%	2.410.800	5,11%
Antonio Luciano de Camargo Filho	5.327.212	7,55%	5.311.012	11,26%
Bernardo Francisco Pereira Gomes	5.316.344	7,54%	5.311.308	11,26%
BB DTVM S.A.	3.552.540	5,03%	-	-
BNDES Participações S.A.	-	0,00%	5.189.040	11,01%
Una Capital Ltda.	-	0,00%	2.474.080	5,25%
Ações em Tesouraria	-	0,00%	1.078.560	2,29%
Outros acionistas	45.185.620	64,05%	18.132.416	38,46%
Total	70.548.812	100%	47.148.812	100%

18.2 Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é composta pelo saldo acumulado das destinações dos orçamentos de capital aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

a) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia provisionou dividendos equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, registrado no passivo circulante. Não houve distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio exercício de 2019.

18.3 Reservas de capital

Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foram compostas dos efeitos do plano de remuneração em ações e do resultado de operações de alienação de ações em tesouraria.

a) Plano de remuneração em ações

Conforme previsto no Plano de Remuneração em Ações em abril de 2018 os favorecidos exerceram a titularidade da segunda parte das ações (2º vesting). A despesa com o plano no período de 2019 foi de R\$ 731.

b) Alienação de ações em tesouraria

Em reunião realizada em 6 de abril de 2018, o Conselho de Administração autorizou a Companhia alienar até 289.494 ações de sua emissão mantidas em tesouraria, em conformidade com a Instrução CVM 567/15. Em abril de 2018 a Companhia efetuou a alienação da totalidade autorizada, nos pregões da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), pelo valor bruto de R\$ 7.832, reforçando o saldo de caixa para dar continuidade à estratégia de consolidação.

Em reunião realizada em 20 de maio de 2019, o Conselho de Administração autorizou a Companhia alienar até 240.701 ações de sua emissão, representando a totalidade das ações mantidas em tesouraria, em conformidade com a Instrução CVM 567/15. Em 26 de setembro de 2019, a Companhia comunicou que efetuou a alienação da totalidade autorizada nos pregões da B3, pelo valor bruto de R\$ 9.096, com objetivos de reforçar o saldo de caixa para financiar novas aquisições e ampliar o free float para favorecer a liquidez no mercado secundário.

19 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Consultoria e Projetos	6.005	2.431	9.427	9.627
Outsourcing	21.019	12.240	51.433	48.475
Software	73.065	25.574	135.885	101.284
Receita bruta de serviços	100.089	40.245	196.745	159.386
ISS	(2.769)	(1.159)	(6.236)	(4.604)
PIS e COFINS	(3.680)	(1.464)	(7.553)	(5.808)
INSS patronal	(4.537)	(1.814)	(7.803)	(6.865)
Impostos sobre venda	(10.986)	(4.437)	(21.592)	(17.277)
Consultoria e Projetos	5.346	2.213	8.352	8.783
Outsourcing	18.712	10.862	45.763	43.108
Software	63.045	22.733	121.038	90.218
Receita operacional líquida	89.103	35.808	175.153	142.109

A média de incidência de impostos sobre as vendas no período foi de 10,94% para o Consolidado, abrangendo o PIS/PASEP (Programa de Integração Social), a COFINS (Contribuição Financeira para a Seguridade Social), o ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) e o INSS patronal (Instituto Nacional do Seguro Social).

20 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Serviços de terceiros	3.782	2.682	8.173	4.818
Pessoal, encargos sociais e benefícios	53.799	17.115	103.025	80.270
Outros custos	4.057	1.075	6.090	4.126
	61.638	20.872	117.288	89.214

21 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

a) Gerais, administrativas e comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Serviços de terceiros	2.475	305	3.934	2.106
Pessoal, encargos e benefícios	13.860	3.461	25.172	17.873
Comissões	1.542	294	2.580	2.027
Aluguéis, seguros, condomínios e outros	1.921	2.404	4.272	4.328
Complemento (reversão) de provisão para bônus e participação nos resultados	715	249	803	2.217
Complemento (reversão) de provisão para demandas judiciais	(1.107)	288	(1.950)	205
Complemento de provisão para devedores duvidosos	1	65	8	336
Energia, comunicação e outros	934	700	1.359	1.273
Consultores, advogados e auditores	1.964	372	3.406	1.464
Publicidade e propaganda	1.171	955	1.308	1.026
Despesas com passagens e estadias	673	63	1.357	621
Outros gastos	717	295	1.115	894
Depreciação e amortização	9.860	4.469	15.374	7.199
	34.726	13.920	58.738	41.569

b) Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Parcela variável att/PS	1.384	3.247	1.384	3.247
	1.384	3.247	1.384	3.247

22 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Despesas financeiras:				
Juros de aquisição de investimento	1.654	1.588	1.647	1.747
Juros sobre empréstimos	4.277	1.648	4.397	1.648
Despesas bancárias	238	17	338	78
Ajuste a valor presente	1.486	12	2.835	13
Despesas com IOF	59	32	103	58
Juros complemento de earn-out (i)	449	1.370	449	1.462
Gastos com a emissão dedebentures	908	-	908	-
Outras despesas financeiras	95	-	1.018	-
Parcelamentos	-	-	160	-
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicação financeira	5.579	581	6.059	1.470
Juros ativos	52	83	117	230
Outras receitas financeiras	108	60	234	273
Ajuste do valor presente	-	-	10	-
	3.427	3.943	5.435	3.033

(i) Refere-se ao ajuste (provisão) realizado na parcela adicional a ser paga pela aquisição da empresa att/PS informática S.A.

23 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram computados de acordo com as alíquotas vigentes e o imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e sobre o prejuízo fiscal e a base negativa acumulados.

a) Imposto de renda corrente e diferido

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018
Prejuízo antes dos impostos	(9.637)	1.504
Crédito (despesa) pela alíquota oficial combinada (34%)	3.277	(511)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Equivalência patrimonial	828	2.610
Amortização de mais valia indedutíveis	(412)	(1.306)
Gastos com emissão de ações	1.282	-
Juros sobre o capital próprio	-	709
Outras indedutíveis	83	(280)
Crédito pela alíquota efetiva	5.058	1.222
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.058	1.222

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(7.692)	5.046
Crédito (despesa) pela alíquota oficial combinada (34%)	2.615	(1.716)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Amortização de mais valia indedutíveis	(838)	(1.404)
Gastos com a emissão de ações	1.282	-
Juros sobre o capital próprio	-	709
Lucro presumido em subsidiárias (i)	168	529
Outras indedutíveis	(96)	(428)
Crédito (despesa) pela alíquota efetiva	3.131	(2.310)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.174)	(3.949)
Imposto de renda e contribuição social diferido	6.305	1.639

(i) Antes da sua incorporação, as subsidiárias Controlpart, ADSPrev Partec seguiram o regime de apuração de imposto de renda e contribuição social por meio do lucro presumido.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido – ativo

Abaixo a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa	9.941	2.542	13.989	9.537
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	46	45	75	281
Provisão para participação nos lucros	-	597	-	646
Provisão para demandas judiciais e outras obrigações (i)	5.281	128	12.684	7.413
Ágio em combinação de negócios	(2.572)	-	(3.546)	209
Outras provisões	64	193	125	282
Arrendamento mercantil	732	-	681	-
Serviços a faturar	(503)	(255)	(1.406)	(2.071)
	12.989	3.250	22.602	16.297

- (i) O aumento no saldo de provisão para demandas judiciais na Controladora ocorreu devido a incorporação da att/PS. Dessa forma não houve impacto relevante no consolidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, conforme indicado a seguir:

	Controladora	Consolidado
2020	3.195	6.504
2021	3.682	6.460
2022	3.762	6.077
2023 em diante	2.350	3.561
Total	12.989	22.602

24 LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluídos por ação:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018 (*)
Resultado básico por ação		
Numerador		
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(4.579)	2.726
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	53.466.625	47.148.812
Resultado básico por ação (em reais)	(0,086)	0,058

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018(*)
Resultado diluído por ação		
Numerador		
Lucro (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia	(4.579)	2.726
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	53.466.625	47.148.812
Potencial incremento de ações ordinárias devido ao plano de opções de ações e ações restritas	313.776	283.728
Resultado diluído por ação (em reais)	(0,085)	0,057

(*) Due to the stock split that occurred in 2019, the balances were restated as required by paragraph 64 of CPC 41 - Earnings per Share.

25 ARRENDAMENTO MERCANTIL

O passivo de arrendamento mercantil foi reconhecido conforme orientado pela nova norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2) que requer que seja registrado o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para todos os contratos contidos no escopo da norma. Atualmente os únicos contratos relevantes de arrendamentos que a Sinqia S.A. possui se referem ao aluguel de imóveis. Para os arrendamentos atuais foi utilizada a taxa média de desconto de 7,38%.

	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Escritório Belo Horizonte	31/12/2028	4.581	-	4.581	-
Escritório São Paulo 1	01/07/2028	12.668	-	12.668	-
Escritório São Paulo 2	11/10/2028	3.275	-	3.276	-
Escritório TORQ	11/10/2028	-	-	1.423	-
Escritório Curitiba	02/09/2021	-	-	1.230	-
Escritório Morumbi	28/10/2020	290	-	290	-
Total		20.814	-	23.468	-
Circulante		2.070	-	2.899	-
Não circulante		18.744	-	20.569	-

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação (fluxo real descontado à taxa nominal). A Administração avaliou a utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Fluxo real descontado à taxa nominal				
Passivo de arrendamento	27.899	-	31.151	-
Ajuste a valor presente	(7.085)	-	(7.683)	-
	20.814	-	23.468	-
Fluxo nominal descontado à taxa nominal				
Passivo de arrendamento	31.917	-	35.784	-
Ajuste a valor presente	(8.457)	-	(9.200)	-
	23.460	-	26.584	-

26 TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

As transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa devem foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa. A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Reconhecimento dos ativos de arrendamento	20.859	-	24.774	-
Reconhecimento dos passivos de arrendamento	(20.859)	-	(24.774)	-
Parcela retida no pagamento da aquisição de investimentos	-	-	(24.567)	-
Ativos adquiridos em combinação de negócios	-	-	8.655	-
Passivos adquiridos em combinação de negócios	-	-	(8.655)	-

27 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2020. A Companhia, informou que, em cumprimento à Instrução CVM 358, foi aprovada, em reunião de quotistas realizada em 31 de janeiro de 2020, a incorporação pela Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. da sua subsidiária integral Stock & Info Ltda. ("Stock Info"), sem alteração no patrimônio líquido da Companhia.

Seção F – Políticas contábeis

28 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

28.1 CONSOLIDAÇÃO

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Sinqia S.A. controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

A Companhia reconhece a participação na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação nos ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (Impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Sinqia S.A.

28.2 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e também moeda de apresentação.

28.3 AJUSTE A VALOR PRESENTE

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

As principais contas sujeitas a ajustes a valor presente são: arrendamento mercantil e obrigações por aquisição de investimentos (tanto no curto quanto no longo prazo).

28.4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

28.5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.5.1 CLASSIFICAÇÃO

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

28.5.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

28.5.3 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

28.5.4 IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um ativo mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

28.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Inicialmente, e em os havendo, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações do valor justo lançadas contra resultado.

A Companhia não efetuou contratação de instrumentos financeiros derivativos no exercício.

28.7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo licenciamento de *softwares*, prestação de serviços de informática e consultoria no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Para o cálculo do valor recuperável, a Companhia efetua mensalmente uma análise individual das notas fiscais em aberto. Algumas características são analisadas e sinalizam a necessidade de provisionamento.

Além da análise da existência de alguma das características mencionadas acima para constituição da perda esperada, a Companhia efetua o registro de perda estimada em crédito de liquidação duvidosa para todas as notas fiscais cujo atraso no recebimento supera 9 meses da data de vencimento original, mesmo que na análise individual não tenham sido identificados fatores que justifiquem o provisionamento. No entanto, dependendo da natureza do atraso no recebimento, a Diretoria poderá decidir pelo não provisionamento, devendo formalizar essa autorização.

28.8 INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18-R1 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Como o ágio fundamentado em rentabilidade futura integra o valor contábil do investimento na controlada, este não é reconhecido separadamente e seu valor recuperável é testado considerando a unidade geradora de caixa que pertence.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representado o resultado atribuível aos acionistas.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer a perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

28.9 ATIVOS INTANGÍVEIS

Refere-se a marcas e patentes, *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos (*softwares*), além dos ágios, valor da carteira de clientes e outros intangíveis decorrentes das aquisições de empresas. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ágios gerados nas aquisições de investimentos não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O exercício e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade avaliado pelo valor justo (valor de mercado) de todos os seus ativos e passivos. Neste processo de apuração do valor do patrimônio líquido, a eventual existência de ativos não contabilizados que possuam valor justo, são individualizáveis e ainda podem ser negociados individualmente.

Conforme deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista que alguns dos referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, foram constituídos os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*Impairment*).

b) Softwares

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota 12.

c) Carteira de clientes

Carteira de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

d) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada.

28.10 IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota 11. O imobilizado está registrado em seu valor bruto de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), uma vez que a Companhia não se utiliza destes impostos como créditos fiscais.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na nota 11.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

28.11 IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

28.12 FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

28.13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

28.14 PROVISÕES

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

28.15 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos no resultado corrente, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

O imposto de renda e a contribuição social diferido é reconhecido usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferido não é contabilizado se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou

passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios a qual, à época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

28.16 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES)

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação tem probabilidade de ocorrência nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

28.17 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Remuneração com base em ações

Conforme o CPC10 – Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o exercício de carência à medida que os serviços são prestados.

b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia.

28.18 CAPITAL SOCIAL

As ações são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

28.19 RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES

O contrato de prestação de serviço com clientes é definido como um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exigíveis, podendo ser escrito, verbal ou implícito.

Receita é reconhecida à medida em que a Companhia satisfaz as obrigação de desempenho, na transferência de serviço acordado com o cliente. Um serviço é considerado transferido quando o cliente obtém o seu controle. Para contratos longos, a Companhia obtém evidência formal da aceitação do serviço pelo cliente.

A receita na prestação de serviços a clientes é mensurada por um valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca dos referidos produtos ou serviços.

28.20 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no momento em que são aprovadas em Assembleia Geral, com base no estatuto social da Companhia ou autorizadas pelo Conselho de Administração.